



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2019
-------------	-------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR DANIEL VIANA JÚNIOR
--------------------	--

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	------------------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
--------------------	-----------------------

UNIDADE CORRECIONADA	VARA DO TRABALHO DE JATAÍ
-----------------------------	----------------------------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	07/02/1992
----------------------------------	-------------------

JUIZ TITULAR:	LÍVIA FÁTIMA GONDIM PREGO
----------------------	----------------------------------

TITULAR DESDE:	08/06/2018
-----------------------	-------------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	03/08/2015
--------------------------------	-------------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/09/2018 à 31/08/2019
------------------------------	--------------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Ludovice	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2016	2017	2018	2019**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.823	1.598	1.178	735
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.350	1.798	1.763	820
3	Produção	74%	113%	150%	112%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.161	1.570	1.809	846
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	1.039	850	279	187
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.803	1.697	967	820
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	27%	22%	16%	19%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	43%	31%	13%	19%
9	Execuções iniciadas	252	410	440	377
10	Execuções encerradas	295	223	811	458
11	Execuções baixadas	345	249	766	386
12	Execuções pendentes de encerramento	494	914	680	687
13	Execuções pendentes de baixa	997	1.535	994	1.010
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	450	516	252	326
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	73%	73%	67%	76%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	77%	84%	57%	65%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	39%	41%	41%	41%
18	Índice de conciliação da unidade	43%	38%	45%	42%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2019 referem-se aos meses de janeiro a agosto.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	LÍVIA FÁTIMA GONDIM PREGO
Juiz Auxiliar	MARIANA PATRÍCIA GLASGOW

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		X	X	X	
Auxiliar fixo	X	X	X	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	X	
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	76
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	93

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	308
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	39
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	65

* Dado apurado em 29/08/2019.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	40
---	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	49	0
Sentença na fase executória	13	1
Embargos de declaração	12	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	78	57
Ordinário	213	175

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	4	16
Ordinário	11	20

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	1	2

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	5	5

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	5	5
Atualização de cálculos	5	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9	8

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	24	17
Ordinário	40	26

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada em 09/02/2018 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 01/07/2017 e 31/12/2017.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Leonardo Craveiro da Costa Campos	Diretor de Secretaria	Efetivo
Adrianno Wandré de Abreu Pinheiro	Assistente de Juiz	Efetivo
Aristal Honório de Lima Júnior	Secretário de Audiência	Cedido Municipal
Artur Lillington Balster Júnior		Efetivo
Eliza Fantin de Magalhães Silva	Assistente de Juiz	Efetiva
Flávia de Lima Teixeira Carvalho	Assistente de Diretor de Secretaria	Efetiva
José Cássio Sousa Cirqueira		Efetivo
Keli Cristina Guimarães Silva	Assistente II	Cedida Municipal
Maria Bethânia de Rezende Teodoro	Secretária de Audiência	Efetiva
Samara Dayane Nascimento Cardoso	Assistente II	Efetiva
Sandro Luiz Roda Gnoatto		Efetivo
Nathalia Lorrayne Fernandes Gomes		Estagiária
Rafael Ferreira Silva		Estagiário

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	16
Notebooks	1
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	-
Leitores óticos	1

4.1.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	
Consumo racional de energia elétrica	
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	x		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe, conforme constatado nas correições permanentes (via SISDOC) realizadas no período correccionado?	x		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	x		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		x	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	x		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (<i>check list</i>), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	x		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	x		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	x		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	x		Portaria VT Jataí nº 01/2016
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		x	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As últimas audiências iniciais incluídas na pauta, tanto de sumaríssimo quanto de ordinário, foram agendadas para 17.9.2019. A última audiência de instrução designada de rito ordinário está marcada para 16.10.2019. A última audiência de instrução designada de rito sumaríssimo está marcada para 17.9.2019.
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)	x		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?		x	
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	x		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	x		
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	x		
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	x		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	x		Quinzenal
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	x		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?	x		
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		
27	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC) ?		x	
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	-	-	No período correccionado, não houve necessidade de citação por edital.
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	x		
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	x		ADRIANNO WANDRÉ DE ABREU PINHEIRO (Portaria TRT 18ª SGPE Nº 605/2019) e ELIZA FANTIN DE MAGALHÃES SILVA (Portaria TRT 18ª SGPE Nº 2438/2018)
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	x		
33	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		x	

6 – CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB			X
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	X		

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correcionado: Outubro de 2018 a Julho de 2019	
	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
2ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	146.570	362.822
11ª VT DE GOIÂNIA	142.174	318.886
5ª VT DE GOIÂNIA	139.841	370.778
1ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	137.340	283.577
1ª VT DE GOIÂNIA	130.410	299.668
10ª VT DE GOIÂNIA	125.331	262.610
9ª VT DE GOIÂNIA	124.788	267.886
15ª VT DE GOIÂNIA	116.186	211.990
7ª VT DE GOIÂNIA	106.829	280.387
18ª VT DE GOIÂNIA	101.719	216.688
2ª VT DE GOIÂNIA	99.056	200.494
3ª VT DE GOIÂNIA	82.672	160.429
VT DE JATAÍ	77.267	163.518
14ª VT DE GOIÂNIA	77.176	165.636
17ª VT DE GOIÂNIA	71.891	159.666
13ª VT DE GOIÂNIA	67.281	227.084
3ª VT de APARECIDA DE GOIÂNIA	65.657	98.643
VT DE CALDAS NOVAS	65.428	144.582
12ª VT DE GOIÂNIA	65.331	151.027
3ª VT DE ANÁPOLIS	61.028	133.256
4ª VT DE ANÁPOLIS	58.744	114.835
6ª VT DE GOIÂNIA	58.186	136.149
VT DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	49.397	102.699
2ª VT DE ANÁPOLIS	39.249	156.743
8ª VT DE GOIÂNIA	38.240	81.196
VT DE GOIANÉSIA	35.311	62.153
VT DE GOIATUBA	32.152	62.787
VT DE CATALÃO	31.505	42.418
VT DE INHUMAS	27.878	46.040
4ª VT DE GOIÂNIA	25.295	50.239
VT DE CERES	17.121	25.548

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 09/09/2019.

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - O cumprimento da determinação contida no artigo 128 do PGC, por ocasião da remessa dos processos ao Tribunal para apreciação de recurso, especialmente quanto a necessidade de certificar corretamente os feriados, o rito pelo qual tramita o processo e o magistrado prolator da sentença, conforme apurado no item 7.2 – 23 do Relatório de Correição;	X		
7.1.2 - A utilização mais efetiva do sistema SABB (diária) por parte da Secretaria da Vara, visando um melhor desempenho da unidade na fase executória;	X		
7.1.3 - A redução do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos feitos submetidos ao rito ordinário, atualmente em 212 dias, com tendência de crescimento, conforme anotado no item 4.2 desta ata, buscando adequá-lo à meta regional de 180 dias.	X		
7.1.4 - Que a Secretaria realize, com frequência, a análise das caixas de tarefas do sistema PJe, atentando para os processos que se encontram paralisados há mais de 30 (trinta) dias, a fim de agilizar o andamento processual. O Desembargador-Corregedor constatou a existência de processos sem movimentação por período superior a 100 (cem) dias, conforme apontado no item 7.2 – 9 do Relatório de Correição, o que acarreta morosidade da prestação jurisdicional. Para um melhor gerenciamento dos serviços de Secretaria, a unidade poderá se valer dos relatórios extraídos do sistema SAOPJE e encaminhados periodicamente pela SCR através dos processos de auditorias permanentes.	X		

7.2 – Constações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza Check List para verificação dos autos e remessa ao arquivo definitivo, conforme Anexo II da Resolução Administrativa nº 32/2014 do TRT18, certificando a existência ou inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATSum-0010263-96.2018.5.18.0111; ATOrd-0010791-67.2017.5.18.0111; ATOrd-0010922-76.2016.5.18.0111; ATSum-0011127-37.2018.5.18.0111; ATOrd-0010297-08.2017.5.18.0111; ATOrd-0010109-15.2017.5.18.0111; ATOrd-0010667-84.2017.5.18.0111 e ATOrd-0010504-41.2016.5.18.0111).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010263-96.2018.5.18.0111; ATOrd-0010791-67.2017.5.18.0111; ATOrd-0010922-76.2016.5.18.0111; ATSum-0011127-37.2018.5.18.0111; ATOrd-0010297-08.2017.5.18.0111; ATOrd-0010109-15.2017.5.18.0111; ATOrd-0010667-84.2017.5.18.0111; ATOrd-0010965-13.2016.5.18.0111; ATOrd-0010504-41.2016.5.18.0111 e ATSum-0010920-38.2018.5.18.0111).
3	Não foram encontrados processos, na Vara do Trabalho, que conste a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE a partir de 15/02/2019, conforme procedimentos editados nos artigos 1º e 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019, cientificado e orientado às VT's da 18ª Região, por meio do Ofício Circular nº 010/2019/TRT18-SCR.
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0011149-95.2018.5.18.0111; ATOrd-0011239-40.2017.5.18.0111; ATOrd-0010297-37.2019.5.18.0111; ATSum-0010121-58.2019.5.18.0111; ATOrd-0010173-54.2019.5.18.0111; ATSum-0010317-28.2019.5.18.0111 e ATSum-0010319-95.2019.5.18.0111).
5	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara CERTIFICA o trânsito em julgado das sentenças proferidas, CUMPRINDO o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATOrd-0011149-95.2018.5.18.0111; ATSum-0010136-27.2019.5.18.0111 e ATSum-0010317-28.2019.5.18.0111).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATOrd-0011149-95.2018.5.18.0111; ATOrd-0011239-40.2017.5.18.0111; ATOrd-0010297-37.2019.5.18.0111; ATSum-0010121-58.2019.5.18.0111; ATSum-0010136-27.2019.5.18.0111; ATOrd-0010173-54.2019.5.18.0111; ATSum-0010317-28.2019.5.18.0111 e ATSum-0010319-95.2019.5.18.0111).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: HoTrEx-0010643-85.2019.5.18.0111; HoTrEx-0010642-03.2019.5.18.0111; HoTrEx-0010613-50.2019.5.18.0111 e HoTrEx-0010585-82.2019.5.18.0111).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010294-82.2019.5.18.0111; ATOrd-0010474-98.2019.5.18.0111; ATSum-0010305-14.2019.5.18.0111; ATSum-0010436-86.2019.5.18.0111; HoTrEx-0010621-27.2019.5.18.0111; HoTrEx-0010643-85.2019.5.18.0111; HoTrEx-0010642-03.2019.5.18.0111; HoTrEx-0010613-50.2019.5.18.0111 e HoTrEx-0010585-82.2019.5.18.0111).

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATSum-0010164-92.2019.5.18.0111; ATSum-0010305-14.2019.5.18.0111; ATSum-0010436-86.2019.5.18.0111 e HoTrEx-0010613-50.2019.5.18.0111).
10	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima as partes para comparecer perante o NÚCLEO PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO, para audiência INICIAL, sob a direção do magistrado, nos termos dos artigos 4º e 5º da Portaria TRT 18 – VT de Jataí nº 01/2016, com a previsão de aplicação das cominações previstas no artigo 844 da CLT, em caso de não comparecimento. Ademais, se não houver conciliação, designa-se audiência de instrução (processos: ATSum-0010294-82.2019.5.18.0111; ATSum-0010164-92.2019.5.18.0111; ATOrd-0010474-98.2019.5.18.0111; ATSum-0010305-14.2019.5.18.0111 e ATSum-0010436-86.2019.5.18.0111).
11	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 09/09/2019, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
12	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica o artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, SUSPENDENDO a execução por um ano para, posteriormente, remeter os autos ao arquivo provisório, em razão da inércia do exequente, EM DESACORDO com o disposto no artigo 11-A da CLT (processos: ATSum-0010648-44.2018.5.18.0111, ATSum-0010449-22.2018.5.18.0111, ATSum-0010154-82.2018.5.18.0111, ATSum-0010817-31.2018.5.18.0111 e ATOrd-0010320-17.2018.5.18.0111).
13	Não foram encontrados processos no período correcional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0010104-61.2015.5.18.0111; ATSum-0010216-30.2015.5.18.0111; ATOrd-0010856-96.2016.5.18.0111 e ATOrd-0010834-38.2016.5.18.0111).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010791-67.2017.5.18.0111; ATOrd-0010104-61.2015.5.18.0111; ATSum-0010216-30.2015.5.18.0111; ATOrd-0010856-96.2016.5.18.0111; ATOrd-0010834-38.2016.5.18.0111 e ATSum-0010779-19.2018.5.18.0111).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: ATOrd-0010791-67.2017.5.18.0111; ATOrd-0010104-61.2015.5.18.0111; ATSum-0010216-30.2015.5.18.0111; ATOrd-0010856-96.2016.5.18.0111; ATOrd-0010834-38.2016.5.18.0111 e ATSum-0010779-19.2018.5.18.0111).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança o movimento de INÍCIO da execução ANTES do movimento de homologação dos cálculos, DESCUMPRINDO o artigo 49 do PGC e o Manual de Orientações do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão) referente ao primeiro grau de jurisdição (processos: ATOrd-0010096-79.2018.5.18.0111, ATOrd-0010100-19.2018.5.18.0111, ATOrd-0010089-87.2018.5.18.0111, ATOrd-0010093-27.2018.5.18.0111 e ATOrd-0010037-91.2018.5.18.0111).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZA APENAS os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, ABRINDO MÃO do convênio CNIB. Constatou-se, ainda, que a unidade NÃO EXPEDE mandado de penhora e avaliação antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), DESCUMPRINDO, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 1/2018 (processos: ATSum-0010648-44.2018.5.18.0111, ATSum-0010611-17.2018.5.18.0111, ATSum-0010548-89.2018.5.18.0111 e ATSum-0011225-56.2017.5.18.0111).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: ATSum-0011182-22.2017.5.18.0111, ATOrd-0010888-67.2017.5.18.0111 e ATOrd-0010265-03.2017.5.18.0111).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATOrd-0010096-79.2018.5.18.0111, ATOrd-0010100-19.2018.5.18.0111, ATOrd-0010089-87.2018.5.18.0111, ATOrd-0010093-27.2018.5.18.0111 e ATOrd-0010037-91.2018.5.18.0111).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: ATOrd-0010096-79.2018.5.18.0111, ATOrd-0010100-19.2018.5.18.0111, ATOrd-0010089-87.2018.5.18.0111, ATOrd-0010093-27.2018.5.18.0111 e ATOrd-0010037-91.2018.5.18.0111).
22	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas e das sentenças proferidas, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo assim o disposto no artigo 346 do PGC (processos: 0010581-79.2018.5.18.0111; RTOrd 0010936-89.2018.5.18.0111; Processo: 0010829-45.2018.5.18.0111; Processo: 0010255-85.2019.5.18.0111 e Processo 0010065-25.2019.5.18.0111)
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, descumprindo assim, o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd – 0010243-08.2018.5.18.0111; RTOrd – 0011001-84.2018.5.18.0111; RTOrd - 0010069-96.2018.5.18.0111 e RTOrd – 0011058-05.2018.5.18.0111).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum – 0011195-84.2018.5.18.0111; RTOrd – 0011000-02.2018.5.18.0111; RTOrd – 0010243-08.2018.5.18.0111; RTSum – 0010116-36.2019.5.18.0111; RTOrd – 0011001-84.2018.5.18.0111; RTOrd - 0010069-96.2018.5.18.0111 e RTOrd – 0011058-05.2018.5.18.0111).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTSum – 0011195-84.2018.5.18.0111; RTOrd – 0011000-02.2018.5.18.0111; RTOrd – 0010243-08.2018.5.18.0111; RTSum – 0010116-36.2019.5.18.0111; RTOrd – 0011001-84.2018.5.18.0111; RTOrd - 0010069-96.2018.5.18.0111 e RTOrd – 0011058-05.2018.5.18.0111).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa o termo de remessa, indicando o rito adotado e o Juiz prolator da sentença, além de mencionar os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTSum – 0011195-84.2018.5.18.0111; RTOrd – 0011000-02.2018.5.18.0111; RTOrd – 0010243-08.2018.5.18.0111; RTSum – 0010116-36.2019.5.18.0111; RTOrd – 0011001-84.2018.5.18.0111; RTOrd - 0010069-96.2018.5.18.0111 e RTOrd – 0011058-05.2018.5.18.0111).

Item	Constatações
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd – 0000836-80.2015.5.18.0111; RTOrd - 0010098-54.2015.5.18.0111 e RTOrd – 0010345-35.2015.5.18.0111)
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd – 0000836-80.2015.5.18.0111; RTOrd - 0010098-54.2015.5.18.0111 e RTOrd – 0010345-35.2015.5.18.0111)
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e ainda menciona o juiz prolator da sentença, e por fim, certifica os feriados corretamente, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd – 0000836-80.2015.5.18.0111; RTOrd - 0010098-54.2015.5.18.0111 e RTOrd – 0010345-35.2015.5.18.0111)
30	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à Vara do Trabalho de JATAÍ, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
31	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se a demora injustificada na remessa dos autos CONCLUSOS para a prolação da sentença, descumprindo o disposto no artigo 228 do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho (processos: Acum-0010213-36.2019.5.18.0111; Acum-0010272-24.2019.5.18.0111; Acum-0010276-61.2019.5.18.0111; Acum-0010281-83.2019.5.18.0111; Acum-0010287-90.2019.5.18.0111; Acum-0010310-36.2019.5.18.0111; Acum-0010327-72.2019.5.18.0111 e Acum-0010344-11.2019.5.18.0111).
32	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/04/2019 e 29/08/2019, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 17 (dezessete) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 12 (doze) processos.
33	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 01/04/2019 e 29/08/2019, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.
34	Analizados, em 09/09/2019, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 02 (dois) dias úteis para solução de incidentes na fase de execução (processos: 10628-24.2016.5.18.111, 10909-77.2016.5.18.111, 138-74.2015.5.18.111, 1369-10.2013.5.18.111, 203-6.2014.5.18.111, 10375-36.2016.5.18.111, 11135-82.2016.5.18.111, 70500-14.2009.5.18.111, 10987-3.2018.5.18.111 e 10407-7.2017.5.18.111).